

ANÁLISE DA PROMOÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR EM OBRAS DE PEQUENO PORTE NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

JESIMIEL PINHEIRO CAVALCANTE ¹, AMANDA THAIS PASSOS CORDEIRO CAVALCANTE ², ELIEDSON RAFAEL DE CARVALHO³ MALLENA SOARES DA SILVA^{4*}, LUCAS WILLIAN AGUIAR MATTIAS⁵

¹Me. Orientador PIBIT, IFAL, Palmeira dos Índios/AL, jesimiel.pinheiro@ifalpalmeira.edu.br

²Enfermeira, PMPI, Palmeira dos Índios-AL;

³Engenheiro Civil, Palmeira dos Índios-AL, eliedsonrc@gmail.com;

⁴Pesquisador PIBIT, engenharia civil, IFAL, Palmeira dos Índios/AL, mallenamah@gmail.com

⁵Engenheiro civil, Palmeira dos Índios/AL, lucaswmattias@bol.com.br;

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
Palmas/TO – Brasil
17 a 19 de setembro de 2019

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a implantação de mecanismos legais na promoção da saúde em obras de pequeno porte no município de Palmeira dos Índios-Alagoas. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e posterior visita de campo em 30 pequenas obras particulares, onde, através de entrevistas com 123 trabalhadores e 30 proprietários foi verificado que 57% das obras não apresentavam responsável técnico legalmente habilitado em engenharia ou arquitetura, apenas 10% possuíam os programas PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Além disso, apenas 21,14% dos trabalhadores realizaram exame admissional sem exames clínicos complementares. Em relação à capacitação em segurança e saúde do trabalho, apenas 16,3% dos trabalhadores já receberam alguma capacitação e Cerca de 5% dos trabalhadores foram orientados sobre os riscos em suas atividades na obra em que estão trabalhando. Menos de 10% conhecem os meios de prevenir alguma doença ou acidente do trabalho. Com base nos resultados, verifica-se que a promoção à saúde nas obras de pequeno porte no município de Palmeira dos Índios não está atendendo aos quesitos normativos, expondo os trabalhadores aos riscos de doenças e acidentes de trabalho, bem como a capacitação em segurança e saúde do trabalho abrange poucos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Risco, saúde, acidente de trabalho.

ANALYSIS OF THE HEALTH PROMOTION IN SMALL PRIVATE CONSTRUCTIONS IN THE MUNICIPALITY OF PALMEIRA DOS ÍNDIOS

ABSTRACT: This article aims to analyze the implementation of legal mechanisms in health promotion in small works in the municipality of Palmeira dos Índios-Alagoas. A bibliographical research and subsequent field visit was carried out in 30 small private works, where, through interviews with 123 workers and 30 owners, it was verified that 57% of the works were not legally qualified in engineering or architecture, only 10% owned the programs PPRA - Program of Prevention of Environmental Risks and PCMSO - Program of Medical Control and Occupational Health. In addition, only 21.14% of the workers performed an admission examination without additional clinical exams. Regarding training in occupational safety and health, only 16.3% of the workers have already received some training and about 5% of the workers were advised about the risks in their activities in the work in which they are working. Less than 10% know the means to prevent any illness or work accident. Based on the results, it can be seen that health promotion in small-scale construction in the municipality of Palmeira dos Índios is not meeting normative requirements, exposing workers to the risks of diseases and accidents at work, as well as training in safety and occupational health concerns few workers. normative requirements, exposing the workers to the risks of diseases and accidents at work, as well as the training in safety and health at work cover few workers.

KEYWORDS: Risk, health, accident at work.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como tema a Análise da Promoção à Saúde em Obras de Pequeno Porte no Município de Palmeira dos Índios - Alagoas, cidade com cerca de 70.000 habitantes com a intenção de verificar o atendimento à normatização referente à prevenção do adoecimento e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da construção civil. O Brasil é o quarto país em número de óbitos anuais, com mais de 2.500 mortes em decorrência de acidentes e doenças do trabalho no ano de 2010, onde estes acidentes de trabalho causam enormes impactos sociais, econômicos e organizacionais (CLÁUDIA; ROSE; ROBERTO, 2012). Segundo (BRASIL, 2017a), em 2017 ocorreram 549.405 acidentes de trabalho no Brasil, entre eles estão às chamadas doenças ocupacionais que são consideradas acidentes de trabalho (BRASIL, 1991). Em relação à legislação, da Constituição Federal no art. 7º inc. XXII reconhece o direito dos trabalhadores à “redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

A construção civil brasileira emprega atualmente cerca de 6.633.000 trabalhadores (BANCO DE DADOS-CBIC, 2017), onde o perfil da maioria dos trabalhadores é de baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, além do setor apresentar alta rotatividade e ter uma baixa adesão à tecnologia, um alto número de emprego informal (SILVA; BORGES, 2015).

O Art. 19 da Lei Nº 8.213 define Acidente do Trabalho como o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. No estudo de (MELO; MARINUS, 2015), 48,6% dos trabalhadores da construção civil de Recife-PE não tem acesso à informação sobre prevenção de doenças. Para (SILVA et al., 2015), na literatura nacional sobre acidentes e doenças do trabalho estimativas apontam que os acidentes e as doenças que não são notificados pelos empregadores podem atingir cerca de 80% do universo de infortúnios. De acordo com (CAVALCANTE, 2017), no âmbito da engenharia, da medicina e enfermagem do trabalho, o conjunto de Normas Regulamentadoras (NR) integrantes da Portaria 3214 de 1978 são as premissas legais para a busca de ambientes salubres para os trabalhadores brasileiros.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é investigar qual a situação real da implantação de programas e ou mecanismos referentes à promoção da prevenção e controle da saúde dos trabalhadores de pequenas obras de construção civil. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa quantitativa com base em resultados de entrevistas realizadas a partir de estudo de campo em canteiro de obras.

MATERIAL E MÉTODOS

O método para o levantamento de dados dessa pesquisa consistiu em visitas a obras de pequeno porte do município de Palmeira dos Índios-Alagoas para a realização de entrevistas com trabalhadores, gerentes e proprietários. A partir das visitas de campo em canteiros de obras, foi possível levantar informações acerca das conformidades legais quanto à prevenção à saúde e aos acidentes de trabalho. Foram realizadas entrevistas com os trabalhadores, gerentes e proprietários das obras. As perguntas foram em relação à existência de programas de segurança, nível de escolaridade, capacitação, prevenção à saúde, realização de exames e tipo de contratação para execução das obras. No total, foram visitadas 30 obras de pequeno porte. O universo da pesquisa é composto de 123 trabalhadores, sendo 58 profissionais e 65 ajudantes, e 30 proprietários.

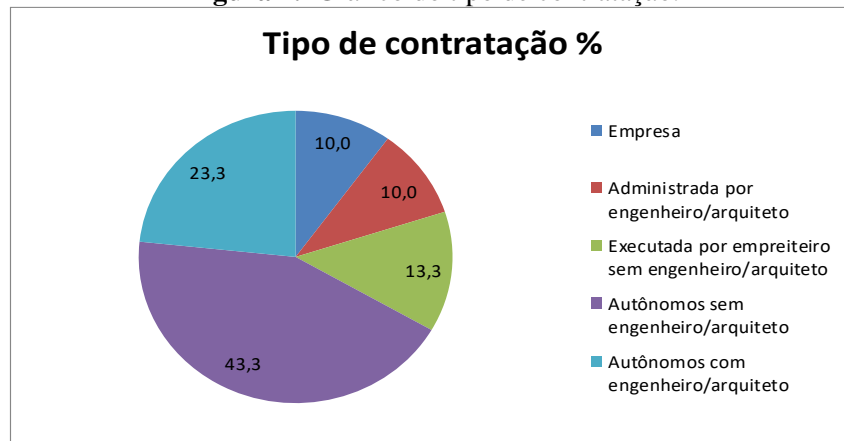
Com os dados obtidos, foi possível realizar a análise estatística e apresentar os resultados através de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi verificado em levantamento realizado em 30 obras que cerca de 57% das obras de edificações de pequeno porte realizadas no município estudado são executadas sem a presença de profissionais de engenharia ou arquitetura (Figura 1), onde contratam diretamente trabalhadores autônomos, não buscando orientação de profissionais de engenharia ou arquitetura nem contratam

empresas de construção civil para execução dos serviços. Apenas 03 obras são realizadas por pequenas empresas jurídicas, ou seja, 10%.

Figura 1. Gráfico do tipo de contratação.



Verifica-se no gráfico acima a problemática decorrente de obras executadas por leigos, na qual além do aspecto técnico ser totalmente questionado, tem a questão do tratamento da segurança e da saúde dos trabalhadores destas obras. Este tipo de obra é caracterizado pela busca por economia de custos na execução, sendo assim o investimento em segurança é tratado como um gasto desnecessário, portanto entendido como um desperdício para o proprietário.

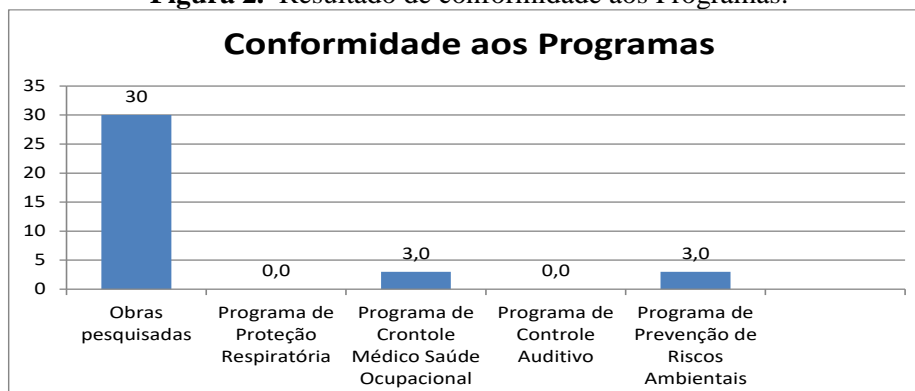
Das obras analisadas 100% tinham menos de 20 trabalhadores, desta forma a Norma Regulamentadora - NR 18 (BRASIL, 2018) não obrigada à implantação do PCMAT.

O PPRA é um programa regulamentado pela NR-09 que visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho (BRASIL, 2017b). O PCMSO é um programa regulamentado pela NR-07 deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores (BRASIL, 2013). Ambos os programas são obrigatórios para empregadores que admitam a partir de um trabalhador em seu ambiente de trabalho.

O exame admissional funciona como a garantia de que o funcionário está em perfeitas condições físicas e mentais para exercer a função na qual irá laborar. O exame admissional é uma das exigências da NR-07 (BRASIL, 2013).

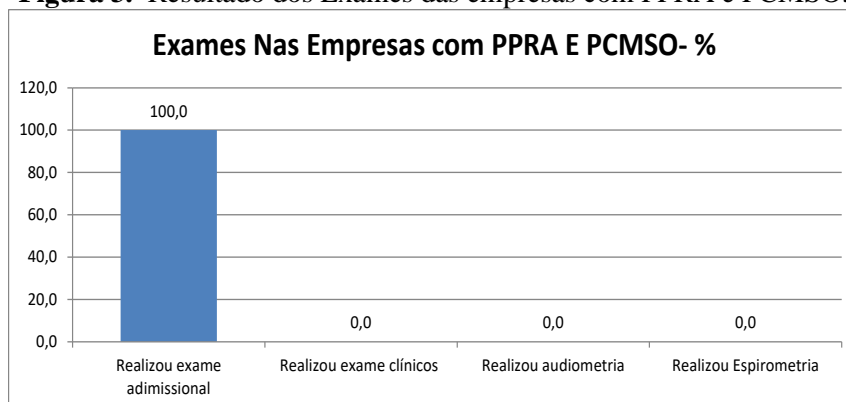
Diante do exposto, foi proposto um estudo nestas 30 pequenas obras de reformas e construções no município de Palmeira dos Índios – Alagoas com vistas à análise das conformidades dos programas de saúde e segurança normatizados pela portaria 3.214/78. Após visitar as 30 obras foi verificado que o universo da pesquisa era composto de 123 trabalhadores, sendo 58 profissionais e 65 ajudantes, onde 60% não sabiam ler nem escrever. Apenas 3 obras mantêm trabalhadores registrados no total de 26 entre profissionais e ajudantes.

Figura 2. Resultado de conformidade aos Programas.



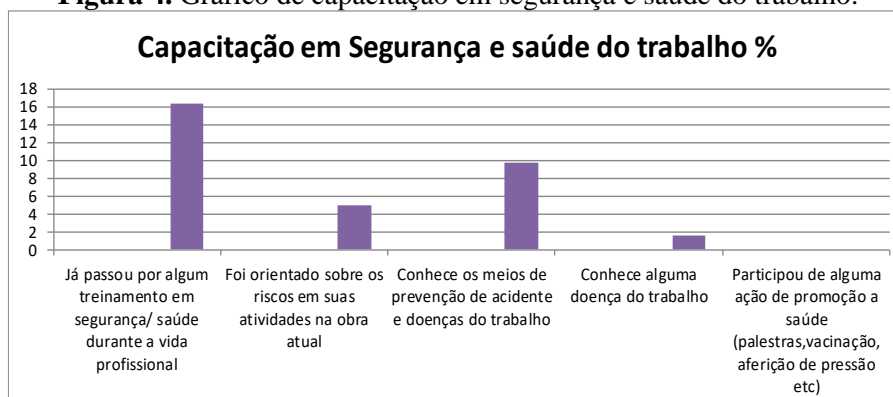
Constatou-se que apenas 03 obras representando 10% do total pesquisado têm os programas básicos de saúde e segurança – PPRA e PCMSO (Figura 2), sendo as três realizadas por empresas de engenharia ou arquitetura. Dos 26 trabalhadores destas obras nenhum deles sabiam da existência dos programas ou qual o seu objetivo.

Figura 3. Resultado dos Exames das empresas com PPRA e PCMSO.



Todos os 26 trabalhadores das obras com os programas PPRA e PCMSO foram submetidos ao exame admissional que corresponde a 100% (Figura 3), que representa 21,14% do total de trabalhadores entrevistados. No caso de exames clínicos ou complementares 0% realizou algum tipo de exame como: Audiometria, Espirometria e outros, caracterizando apenas exame de anamnese. No caso dos trabalhadores sem registro nenhum realizou exame. O resultado de aproximadamente 90% das obras visitadas não adotarem nenhum programa de saúde e segurança do trabalho demonstra a grave situação de exposição aos riscos de doenças e de acidentes de trabalho.

Figura 4. Gráfico de capacitação em segurança e saúde do trabalho.



O resultado apresentado na (Figura 4), indica que aproximadamente 16,0% dos trabalhadores já receberam algum treinamento sobre saúde e segurança em sua vida profissional, cerca de 5% foram orientados sobre os riscos na obra em que estão trabalhando e cerca de 10% conhecem os meios de prevenir alguma doença ou acidente do trabalho. Um resultado de extrema importância foi que 0% participou de alguma ação de promoção à saúde como palestras, vacinação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluiu-se que as condições de exposição aos riscos de acidentes e doenças do trabalho não estão adequadas conforme as Normas Regulamentadoras em obras de pequeno porte na cidade de Palmeira dos Índios. Onde apenas 10% das obras possuem os programas de prevenção aos riscos ocupacionais e controle da saúde PPRA e PCMSO, dos 123 trabalhadores apenas 26 realizaram exames admissionais, porém sem exames clínicos ou complementares. A falta de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança é comprovada pelo fato de menos de 5% já foram orientados sobre os riscos à saúde em suas atividades e menos de 2% conhecem a existência de alguma doença decorrente do trabalho.

O fato de mais de 60% dos trabalhadores serem analfabetos, fato que o impossibilitam de realizar leituras sobre Normas, somado a não aplicação de programas de saúde e segurança faz com que o risco de acidentes e doenças do trabalho aumente consideravelmente nestas obras.

Verifica-se que nas 03 obras que possuem os programas de saúde e segurança, os trabalhadores não sabem de sua existência ou dos objetivos dos programas, bem como dos 123 trabalhadores das 30 obras nenhum deles participaram de nenhuma ação de promoção à saúde como: palestras de prevenção, vacinação, aferição de pressão arterial entre outros.

Diante dos fatos analisados, verifica-se a necessidade urgente de intervenções governamentais fiscalizatória e políticas públicas nesta atividade econômica com foco na fiscalização da implantação de programas de saúde e segurança do trabalho.

REFERÊNCIAS

- Banco de dados - CBIC. Boletim estatístico 2018. Disponível em: <<http://www.cbic.org.br>> Acesso em: 18 ago. 2018.
- BRASIL. Lei no 8.213 - Planos de benefícios de previdência social, 1991.
- BRASIL. NR-07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 2013.
- BRASIL. Anuário estatístico de acidentes do trabalho. [s.l.: s.n.]. V. 1
- BRASIL. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 2017b.
- BRASIL. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, 2018.
- Cavalcante, J. P. Modelo de predição de perda auditiva induzida pelo ruído nas atividades de movelarias. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2017.
- Cláudia, A.; Rose, S.; Roberto, S. Acidentes no trabalho e programas de prevenção em uma empresa de construção civil. p. 95–102, 2012.
- Cossi, M. S. et al. Análise crítica dos acidentes de trabalho no brasil. Revista de Atenção à Saúde, v. 13, p. 100–109, 2015.
- Ensslin, S. R. et al. Evidenciação do estado da arte da avaliação da segurança do trabalho em empreendimentos da construção civil. Interciencia, v. 39, n. 1, p. 16–23, 2014.
- Ferreira, M. C. Qualidade de vida no trabalho (QVT): do assistencialismo à promoção efetiva. Laboreal, p. 28–35, 2015.
- Lima, M. M. R. et al. Programa de controle médico de saúde ocupacional em companhias elétricas brasileiras. Revista Rene, v. 8, n. 3, p. 61–68, 2017.
- Melo, F. M. S. D. M. W. D. L. C.; Marinus. Conhecimentos e práticas de trabalhadores da construção civil sobre práticas de promoção da saúde e atenção à saúde. V. 1, n. 4, p. 85–96, 2015.
- Oliveira Guimarães, D. B. Et al. Saúde e segurança na construção civil: relato sobre as contribuições da enfermagem. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem - UFPE, v. 3, p. 1536–1541, 2017.
- Segre, M.; Ferraz, F. C. The health's concept. Revista de Saúde Pública, v. 31, n. 5, p. 538–542, 1997.
- Silva, A. da. et al. Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira. Aracajú: J. Andrade, 2015.
- Silva, A. A. R. da. Segurança no trabalho na construção civil: uma revisão bibliográfica. Revista pensar engenharia, v. 1, n. 1, 2015.
- Silva, M. C.; Borges, L. D. O. Condições de trabalho e clima de segurança dos operários da construção de edifícios. Revista psicologia, v. 15, n. 4, p. 407–418, 2015.